



ESCÂNDALO DO INSS

Ex-ministro foi avisado sobre fraudes

Em 2018, quando ainda era superintendente em São Paulo, José Carlos de Oliveira foi notificado sobre descontos

» ISRAEL MEDEIROS
» DANANDRA ROCHA

O ex-ministro do Trabalho e Previdência José Carlos Oliveira (que mudou de nome para Ahmed Mohamad Oliveira após se converter ao islamismo) foi avisado, em 5 de junho de 2018, sobre descontos irregulares em aposentadorias, segundo um ofício obtido pelo senador Fabiano Contarato (PT-ES) e apresentado, ontem, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI). A informação contradiz a versão que ele deu à comissão, quando afirmou que só soube das fraudes quando a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU) anunciaram a operação Sem Desconto, em abril deste ano.

Em 2018, Oliveira era superintendente regional em São Paulo (SP) e recebeu da então procuradora da República, Priscila Costa Schreiner Roder, uma intimação para se manifestar sobre o caso de um desconto irregular de R\$ 30 informado por um aposentado

em seu benefício. O fato se deu antes de ele assumir a presidência do INSS, em 10 de novembro de 2021, e o Ministério do Trabalho e Previdência, posteriormente, em 2022.

“O procedimento preparatório em epígrafe foi instaurado nesta Procuradoria da República a partir de representação efetuada por cidadão narrando a ocorrência de descontos irregulares em seu benefício previdenciário, sem consentimento”, escreveu a procuradora no documento ao qual o **Correio** teve acesso. Os descontos irregulares teriam sido feitos pelas associações Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (Centrape) e Associação Nacional de Aposentados, Pensionistas e Consumidores do Brasil (Anapps), de Porto Alegre (RS).

Segundo o documento, os descontos só cessaram quando o denunciante foi a uma agência do INSS. “As alegações do representante neste procedimento revelam que o problema pode e deve estar se repetindo em relação à coletividade em geral”, diz o ofício. À

Geraldo Magela/Agência Senado



Oliveira alegou não lembrar do ofício recebido da Procuradoria

época, a Procuradoria alertou para a necessidade de “adoção de medidas efetivas” para impedir que cidadãos hipossuficientes tivessem o mesmo problema.

José Carlos Oliveira disse não se lembrar do ofício, apesar de haver uma resposta ao documento

assinada por ele datada de 26 de junho de 2018. Argumentou que o INSS não tinha condições de fiscalizar Acordos de Cooperação Técnica (ACT) com entidades. Mais cedo, em uma resposta à deputada Adriana Ventura (Novo-SP), o ex-presidente do INSS já havia dito que o

fato de o Ministério da Previdência assinar acordos com entidades em si não configura crime.

“A fraude não se dá na assinatura. A fraude se dá onde começa o crescimento das entidades sem a prévia autorização das pessoas. Esse é o ponto de fraude. Uma entidade se candidatar uma ACT e a gente assinar, isso não quer dizer absolutamente nada”, afirmou.

Na resposta anexada ao ofício da procuradoria, em 2018, o então superintendente do INSS em São Paulo disse que os acordos realizados com as referidas entidades foram firmados pela Diretoria de Benefícios em Brasília (DF). Não explicou, no entanto, se a autarquia estava investigando irregularidades ou se o caso seria apurado.

“No caso de não desejar a continuidade dos descontos, o beneficiário poderá solicitar a suspensão na entidade ou em uma agência do INSS”, diz o documento assinado por José Carlos Oliveira. Ele também recomendou que futuras informações sobre o assunto deveriam ser direcionadas à Diretoria

de Benefícios em Brasília.

“O senhor foi informado formalmente pela procuradora da República sobre desconto irregular fraudulento. E o senhor quando a gente pergunta, diz: ‘não, eu só tomei conhecimento agora’”, disse Contarato, que acusou o ex-ministro de crime de falso testemunho. “A sua omissão é penalmente relevante, sim, porque o senhor tinha obrigação por lei de proteção, vigilância e cuidado. E o senhor foi, o documento está aqui, informado oficialmente de fraudes, de descontos indevidos e o senhor optou por nada fazer”, disparou o senador petista, que defendeu a prisão do ex-ministro por, segundo ele, mentir em depoimento.

O relator da comissão, Alfredo Gaspar (União Brasil-AL) pediu ao senador que incluísse o ofício ao acervo da CPMI para servir como prova. O líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), disse que, na época do governo Bolsonaro, as entidades tinham um prazo para se explicar e provar que os descontos eram legais.

TALKS CB
TALKS

CONTROLES SOBRE O USO DE MERCÚRIO E O FUTURO DA EXTRAÇÃO DE OURO NO BRASIL

Apesar de já ter sido eliminado em diversos setores e produtos devido à sua alta toxicidade, o mercúrio continua sendo amplamente empregado na extração de ouro.

Para entender os impactos sobre o meio ambiente e sobre a saúde de milhares de pessoas, o **Correio Braziliense** e o **Instituto Escolhas** promovem o evento “**Controles sobre o uso de mercúrio e o futuro da extração de ouro**”.

SAVE THE DATE!

07.OUT
A PARTIR DAS 08H30
auditório do Correio Braziliense



LEIA O QR CODE
e faça a sua inscrição
para acompanhar
o evento

Apoio: INSTITUTO ESCOLHAS

Realização: CORREIO BRAZILIENSE CB Brands